

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.



- Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.663	2.430	65.332	143.771	Fornecedores	15	239	-	29.308	79.887
Contas a receber	9	-	-	33.214	41.814	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	3	3
Impostos a recuperar		-	-	1.121	2.003	Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	1.360	731
Imposto de renda e contribuição social		485	638	4.553	3.819	Ideriva		12	4	2.065	1.864
Adiantamento a fornecedores	10	-	96	3.087	1.401	Financiamentos	16	-	-	80.062	88.425
Despesas antecipadas		-	-	2.821	4.355	Passivo de arrendamentos	12	-	-	40	18
Dividendos a receber		1.076	-	-	-	Outras contas a pagar	15	30.047	27	32.819	1.795
Outras contas a receber		-	-	60	417						
Total do ativo circulante		30.224	3.164	110.188	197.580	Total do passivo circulante		30.298	31	145.657	172.723
Tributos diferidos	22 b.	-	-	-	354	Financiamentos	16	-	-	803.505	941.913
Investimentos em controladas	11	960.837	908.598	-	-	Provisão para desmobilização	17	-	-	71.892	66.569
Direito de uso	12	-	-	9.392	8.457	Passivo de arrendamentos	12	-	-	9.641	8.439
Imobilizado	13	-	-	1.843.959	1.839.892	Tributos diferidos	22 c.	-	-	25.135	236
Intangível	14	-	-	53.423	55.328	Contingências	25	-	-	369	-
Total do ativo não circulante		960.837	908.598	1.906.774	1.904.031	Total do passivo não circulante		-	-	910.542	1.017.157
						Patrimônio líquido	18				
						Capital social		989.881	1.011.401	989.881	1.011.401
						Hedge de fluxo de caixa		48.792	(247)	48.792	(247)
						Prejuízos acumulados		(77.910)	(99.423)	(77.910)	(99.423)
						Total do patrimônio líquido		960.763	911.731	960.763	911.731
Total do ativo		991.061	911.762	2.016.962	2.101.611	Total do passivo e patrimônio líquido		991.061	911.762	2.016.962	2.101.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	19	-	-	328.090	317.382
Custos de operação	20	-	-	(218.377)	(253.998)
Lucro bruto		-	-	109.713	63.384
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(585)	(534)	(5.488)	(5.747)
Outras receitas operacionais		-	-	(302)	63
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(585)	(534)	103.923	57.700
Receitas financeiras	21	333	1.456	10.889	46.570
Despesas financeiras	21	(25)	(22.658)	(87.183)	(121.756)
Resultado financeiro líquido		308	(21.202)	(76.294)	(75.186)
Resultado de equivalência patrimonial	11	21.790	1.178	-	-
Resultado antes dos impostos		21.513	(20.558)	27.629	(17.486)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(6.116)	(3.072)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		21.513	(20.558)	21.513	(20.558)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	21.513	(20.558)	21.513	(17.486)
Hedge de fluxo de caixa	24.iv 49.039	(247)	49.039	(247)
Resultado abrangente do exercício	70.552	(20.805)	70.552	(17.733)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Outros Resultados Abrangestes.	Prejuízos acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reservas de hedge		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18	560.380	(63.320)	-	(78.865)	418.195
Integralização e subscrição de capital	18.a	451.021	63.320	-	-	514.341
Hedge de fluxo de caixa	18.b	-	-	(247)	-	(247)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(20.558)	(20.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.011.401	-	(247)	(99.423)	911.731
Redução de capital	18.a	(60.000)	-	-	-	(60.000)
Aumento de capital	18.a	38.480	-	-	-	38.480
Hedge de fluxo de caixa	18.b e 24 c iv	-	-	49.039	-	49.039
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.513	21.513
Saldos em 31 de dezembro de 2023		989.881	-	48.792	(77.910)	960.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		21.513	(20.558)	27.629	(17.486)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com os recursos das atividades operacionais:					
Depreciação	13	-	-	40.365	15.295
Amortização do custo da desmobilização	13	-	-	3.568	2.525
Amortização do direito de uso	12	-	-	325	-
Amortização do intangível	14	-	-	1.905	462
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16	-	22.593	71.015	87.120
Custo de captação apropriado ao resultado	16	-	-	5.698	6.017
Atualização monetária da provisão para desmobilização	17	-	-	5.323	2.767
Juros sobre arrendamentos	12	-	-	1.136	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(21.790)	(1.178)	-	-
Variação cambial	16 e 26	-	-	5.973	(17.353)
Contingências	25	-	-	368	-
Baixa de imobilizado	13	-	-	497	15.441
Prejuízo ajustado		(277)	857	163.802	94.788
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	8.600	(27.114)
Impostos a recuperar		-	-	882	(2.003)
Impostos de renda a recuperar		153	(424)	(734)	(1.825)
Adiantamento a fornecedores		96	(96)	(1.686)	13.282
Despesas antecipadas		-	-	1.534	(4.355)
Outras contas a receber		-	-	357	(325)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		239	(60)	(24.060)	(168.945)
Obrigações fiscais		3	(15)	196	219
Outras contas a pagar		20	(13)	1.024	1.314
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		234	249	149.915	(94.964)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	16	-	(24.357)	(77.846)	(74.083)
Pagamento de juros de arrendamentos	12	-	-	(1.136)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(5.487)	(2.683)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais		234	(24.108)	65.446	(171.730)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos	11	30.000	-	-	-
Aumento de capital em investidas	11	(12.481)	(352.641)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	-	(75.014)	(677.051)
Aquisição de intangível	14	-	-	-	(744)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividade de investimento		17.519	(352.641)	(75.014)	(677.795)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	277.472
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	16	-	(200.000)	(77.315)	(229.226)
Custo de captação empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	(18.155)
Pagamento de arrendamentos (principal)	12	-	-	(36)	-
Integralização de capital	18.a	8.480	514.341	8.480	514.341
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividade de financiamento		8.480	314.341	(68.871)	544.432
Aumento / (Redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		26.233	(62.408)	(78.439)	(305.093)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	2.430	64.838	143.771	448.864
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	28.663	2.430	65.332	143.771
		26.233	(62.408)	(78.439)	(305.093)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem como controladora direta é o GIP Helios II S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 04 de março de 2020, e lhe foi transferida em 22 de junho de 2020 o controle dos investimentos da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. e Atlas Casablanca Holding Ltda. As movimentações dos investimentos em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos nas Companhias citadas acima, detentora dos complexos Jacarandá e Casablanca, conforme apresentados abaixo:

Complexo	Empresa/Companhia
Jacarandá (a)	Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda
Casablanca (b)	Atlas CasaBlanca Holding Ltda
Casablanca (b)	Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

- (a) O complexo iniciou em 2021 o fornecimento médio anual de 350,4 GWh para atender prioritariamente a Grupo Dow Brasil pelo prazo de 15 anos. Para o ano de 2023 e 2022 o Grupo adquiriu a energia necessária para honrar o compromisso acima citado.
- (b) O complexo Casablanca prevê o fornecimento médio anual de mais de 728,8 GWh para atender prioritariamente a Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., durante o prazo de 15 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2036. O preço médio praticado, em reais, em 2023 foi de R\$ 440,35 (R\$60,96 em 2022).

1.2 Autorizações para exploração

As controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Controlada</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Início de operação comercial</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Condição</i>
UFV Juazeiro V	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE LTDA.	17/12/2019 a 17/12/2054	47	10/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VI	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE LTDA.	17/12/2019 a 17/12/2054	47	12/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VII	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE LTDA.	17/12/2019 a 17/12/2054	47	11/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VIII	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE LTDA.	17/12/2019 a 17/12/2054	15	11/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Lar do Sol VII	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	09/04/2019 a 09/03/2054	99	07/2022	ACL	MG	Operacional
UFV Lar do Sol VIII							
UFV Lar do Sol IX	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	09/04/2019 a 09/03/2054	99	07/2022	ACL	MG	Operacional
UFV Lar do Sol X							
UFV Lar do Sol I	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	09/04/2019 a 09/03/2054	99	07/2022	ACL	MG	Operacional
UFV Lar do Sol II							

As controladas indiretas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com suas controladoras, conforme quadro societário apresentado na nota explicativa nº2, bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme informado na nota explicativa nº 1.

1.3 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2023 de R\$ 35.469 (R\$ 24.857 positivo em 31 de dezembro de 2022), lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 21.513 (prejuízo de R\$ 20.558 em 31 de dezembro de 2022). Também, apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 39.760 (negativo em R\$ 171.730 em 31 de dezembro de 2022). Os prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 77.910 (R\$99.423 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a Administração do Grupo poderá transferir recursos de outras partes relacionadas, todas sob o mesmo controle, de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa e suas controladas. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas da Companhia:

Controladas	País	Participação acionária			
		2023		2022	
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas CasaBlanca Holding S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 01 de abril de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado
- Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 12** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 13:** Refere-se a ativos imobilizado, onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitado ao período de autorização, dos dois o menor;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 13 e nº 14:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023;
- **Intangível - nota explicativa nº 14:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº17:** Refere-se às principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – nota explicativa nº 24** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado

período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

A Controlada Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda firmou um PPA em Dólar em ambiente livre de contratação, com intuito de otimizar os gastos do cliente que tem suas principais fontes em Dólar. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, como o Cliente detém moeda funcional Dólar, esta operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora e Subholdings

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões.

Regime de tributação pelo lucro presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente ao financiamento atrelado a moeda estrangeira.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, os quais a Administração do Grupo definiu uma vida útil estimada para o conjunto de ativos operacionais que fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos.

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

- Inclui os direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG.
- Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial das controladas da Companhia, previsto para primeiro semestre de 2023.

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva às terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 17.

(vii) Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento dos contratos de arrendamento acontece mediante no momento da entrada em operação do parque fotovoltaico, dado que neste momento o reconhecimento e mensuração estão livres de incertezas acerca do preço e prazo e o parque está apto a iniciar sua geração.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado) ou,
- ao VJORA (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(d) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)

O Grupo designou instrumento financeiro não derivativo, sendo o principal do contrato de financiamento atrelado a moeda estrangeira, dólar americano (USD), como instrumento de hedge, para proteger suas receitas futuras altamente prováveis, firmadas por meio de Contrato de PPA (*Power Purchase Agreement*), do risco de oscilação de moeda estrangeira, também atrelado ao dólar americano (USD), aplicando a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de *hedge* acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se, o instrumento de *hedge* for rescindido, ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso da Companhia, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não

observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais o Grupo não espera impactos significativos.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

O Grupo monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos bancários (a)	3	1	1.807	14.526
Aplicações financeiras curto prazo (b)	28.660	2.429	63.525	129.245
Caixa e equivalentes de caixa	28.663	2.430	65.332	143.771

(a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI que em 2023 foi de 13,04% (12,38% em 2022). O rendimento médio acumulado em 2023 foi de 100,75% do CDI, 13,13% (101% do CDI, 12,50% em 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber de clientes – ACL (a)	32.057	38.817
Contas a receber de clientes – Liquidação MCP (b)	1.157	2.997
Contas a receber de clientes	33.214	41.814

(a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação

livre, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia possui previsão de realizar o saldo em aberto durante o exercício de 2024.

- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste das plantas do complexo de Jacarandá no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais. A Companhia possui previsão de realizar o saldo em aberto durante o exercício de 2024.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante a título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os seus títulos.

10 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores (a)	-	96	3.087	1.343
Seguros adiantados	-	-	-	58
Caixa e equivalentes de caixa	-	96	3.087	1.401

- (a) Refere-se aos valores adiantados para fornecedores de assessoria e consultoria financeira, inerentes a serviços necessários para a intermediação dos financiamentos obtidos pelas investidas Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. E Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda, com expectativa de realização em 12 meses.

11 Investimento em controladas

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2023
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas CasaBlanca Holding Ltda.	100%	673.476	17.275	673.476
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	100%	287.361	4.515	287.361
Total		960.837	21.790	960.837

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2022
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas CasaBlanca Holding Ltda.	100%	583.244	(35.695)	583.244
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	100%	325.354	36.873	325.354
Total		908.598	1.178	908.598

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Aumento (redução) de capital em controladas	Distribuição de dividendos (ii)	Hedge de fluxo de caixa (i)	Equivalência patrimonial	31/12/2023
<i>Investimentos em controladas</i>						
Atlas CasaBlanca Holding S. A.	583.244	39.481	-	33.476	17.275	673.476
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	325.354	(27.000)	(31.076)	15.568	4.515	287.361
Total	908.598	12.481	(31.076)	49.044	21.790	960.837

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Aportes de capital em controladas	Ajuste de avaliação patrimonial (i)	Equivalência patrimonial	31/12/2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas CasaBlanca Holding S.A..	266.227	352.254	458	(35.695)	583.244
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	288.799	387	(705)	36.873	325.354
Total	555.027	352.641	(247)	1.178	908.598

(i) Conforme nota explicativa nº 18.b

(ii) Em 31 de dezembro de 2023 foram pagos R\$ 30.000 dos dividendos distribuídos, restando a controladora o montante de R\$ 1.076 na rubrica de dividendos a receber, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

A seguir é demonstrado o resumo das controladas:

31/12/2023	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas CasaBlanca Holding S.A.	1.371.589	698.113	673.476	17.275
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	616.221	328.860	287.361	4.515

31/12/2022	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas CasaBlanca Holding S.A.	1.412.070	828.826	583.244	(35.695)
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	691.405	366.051	325.354	36.873

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	8.457	1.260	(325)	9.392
Total do ativo	8.457	1.260	(325)	9.392
	Valor líquido em 31/12/2021	Reconhecimento inicial	Valor líquido em 31/12/2022	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	8.457	8.457	
Total do ativo	-	8.457	8.457	

Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento:

	2023	2022
Passivo de arrendamento	9.681	8.457
Total	9.681	8.457
Circulante	40	18
Não circulante	9.641	8.439

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrado abaixo:

	2023					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento						
Arrendamento – Terreno do Parque Fotovoltaico	8.457	1.260	(36)	(1.136)	1.136	9.681
Total	8.457	1.260	(36)	(1.136)	1.136	9.681

	2022		
	Valor líquido em 31/12/2021	Reconhecimento inicial	Valor líquido em 31/12/2022
Passivo de arrendamento			
Arrendamento – Terreno do Parque Fotovoltaico	-	8.457	8.457
Total do ativo	-	8.457	8.457

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para tal é de 7,74% a.a.

13 Imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferências	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Imobilizado em andamento (i)	468.806	743.354	-	1.212.160	47.718	(1.259.878)	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	598.563	84	(15.441)	583.206	282	1.259.878	1.843.366
Desmobilização de ativos (ii)	36.256	26.976	-	63.232	-	-	63.232
Total	1.103.625	770.414	(15.441)	1.858.598	48.000	-	1.906.598
Depreciação acumulada	31/12/2021	Adições	Transferências	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	(15.295)	-	(15.295)	(40.365)	-	(55.660)
Desmobilização de ativos (ii)	(886)	(2.525)	-	(3.411)	(3.568)	-	(6.979)
Total da depreciação acumulada	(886)	(17.820)	-	(18.706)	(43.933)	-	(62.639)
Total	1.102.739	752.594	(15.441)	1.839.892	4.067	-	1.843.959

(i) Referem-se a aquisições de serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica das investidas.

(ii) Conforme nota explicativa nº 17.

Em dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas indiretas Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda, Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda e Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda., concluíram a construção da usina fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre.

Em dezembro de 2022 o Complexo CasaBlanca contemplando as controladas indireta Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. concluíram a construção da Usina Fotovoltaica e iniciaram a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.f

Os ativos detidos pelas controladas indiretas da Companhia compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 16.b.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2023 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

14 Intangível

	Consolidado	
	2023	2022
Custo		
Contratos de venda de energia	53.423	55.328
Total	53.423	55.328

Em 2020 a Companhia efetuou a compra das Companhias pertencentes aos projetos Anglo (Lar do Sol IV a VI), uma vez que estes projetos detinham as licenças necessárias para interconexão à Rede Básica do Setor 345 kV da SE Pirapora 2 no estado de Minas Gerais. Em função dessas licenças, a Companhia reconheceu o intangível adquirido no montante de R\$ 55.046. O prazo de amortização do intangível é de 30 anos.

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

Projeto	SPE	Início licença	Saldo em 31/12/2022	Adições (a)	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Casablanca	Lar do Sol IV	01/01/2022	18.349	244	(154)	18.443	(635)	17.808
Casablanca	Lar do Sol V	01/01/2022	18.349	244	(154)	18.443	(635)	17.808
Casablanca	Lar do Sol VI	01/01/2022	18.349	244	(154)	18.442	(635)	17.807
			55.046	744	(462)	55.328	(1.905)	53.423

- (a) A taxa de amortização é de 3,33% a.a. Em 2022, o Grupo amortizou apenas 1 mês, em função da entrada em operação das investidas em dezembro de 2022.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contratação de serviços (a)	7	-	25.368	79.781
Partes relacionadas (b)	232	-	3.940	106
Total de fornecedores	239	-	29.308	79.887
Outras contas a pagar (c)	30.047	27	32.819	1.795
Total de outras contas a pagar	30.047	27	32.819	1.795
Total de fornecedores e outras contas a pagar	30.286	27	62.127	81.682

- a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, principalmente, a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos complexos de Jacarandá e Casablanca.

- b) Refere-se a contas a pagar junto as controladas referente a aquisição de energia para revenda, conforme nota explicativa nº 23.
- c) Refere-se a redução de capital a pagar no montante de R\$ 30.000 (conforme descrito na nota explicativa nº 18), serviços a faturar de operação e manutenção da planta no montante de R\$ 2.502 e serviços de auditoria no valor de R\$ 317.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

16 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Financiamentos bancários com garantia				
Saldo inicial	-	201.764	1.030.338	998.180
Financiamentos tomados (principal)	-	-	-	277.472
Pagamento de principal	-	(200.000)	(77.315)	(229.226)
Variação cambial (i) (ii)	-	-	(68.323)	(16.987)
Amortização do custo de captação	-	-	5.698	6.017
Custo de captação	-	-	-	(18.155)
Juros pagos	-	(24.357)	(77.846)	(74.083)
Juros incorridos no exercício	-	22.593	71.015	87.120
Saldo final	-	-	883.567	1.030.338
Passivo circulante	-	-	80.062	88.425
Passivo não circulante	-	-	803.505	941.913

- (i) O Grupo aplica instrumento de hedge de fluxo de caixa e reconheceu no patrimônio líquido ganhos líquidos de imposto de renda diferido no montante de R\$48.797 (R\$247 em 2022), conforme nota explicativa nº 18 e nota explicativa nº 24.iv.
- (ii) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 4,84 (R\$ 5,22 em 31 de dezembro de 2022), desta forma, verifica-se uma variação negativa de R\$ 51.012 entre 2022 e 2023.

a. Termos e cronograma de amortização dos financiamentos

Em 2020 a Companhia celebrou os contratos de abertura de crédito junto ao Banco Itaú S.A. exclusivamente para financiar seus compromissos de caixa e de suas controladas, que previa vencimento para novembro e dezembro de 2021 a taxa de remuneração do empréstimo é CDI + 1,5% a.a. Entretanto, a administração da Companhia decidiu pela renovação deste empréstimo que possuía vencimento em novembro e dezembro de 2022 a taxa de remuneração do empréstimo em CDI + 2,1% ao a.a., os quais, foram integralmente liquidados dentro do exercício de 2022.

A controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda, celebrou contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 256.872, sendo que o recebimento ocorreu por meio de uma liberação de R\$ 230.033 (USD 44.600) remunerados CDI + 2,1% e uma segunda liberação no

valor de BR 26.839 remunerados a CDI + 4,78%. Em 2021, a Companhia recebeu uma nova parcela do empréstimo firmado em 2020 no valor de R\$ 84.796 (USD 17.200), remunerados a 4,35% com vencimentos em 15 de julho de 2035. O prazo de financiamento é de 15 anos, com carência de 2 anos para o principal.

A controlada indireta, Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda, celebrou em 2021 contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 459.713 – USD 76.300 e R\$ 62.328, com vencimentos em 15 de julho de 2033 e 15 de setembro de 2036. O prazo de financiamento é de 15 anos, sendo que a parcela correspondente ao dólar é remunerada a taxa média de 5,10% a.a. (4,8% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e parcela correspondente ao real, são remunerados a taxa CDI + 5,38% a.a.

O detalhamento dos financiamentos firmados, estão demonstrados abaixo:

	Data do financiamento	Taxa de juros	Valor em USD	Valor em BRL	Vencimento final	31/12/2023
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	10.383	15/06/2032	10.383
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	2.427	15/06/2032	2.427
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 9,26%	2.216	-	15/06/2035	10.765
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 9,26%	2.216	-	15/06/2035	10.765
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 3,68%	6.934	-	15/06/2035	33.607
Financiamentos	18/12/2020	Libor + 3,68%	6.934	-	15/06/2035	33.607
Financiamentos	24/06/2021	Libor + 5,18%	19.941	-	15/06/2035	96.724
Financiamentos	24/06/2021	Libor + 5,18%	19.941	-	15/06/2035	96.724
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	3.257	15/03/2033	3.419
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	32.898	15/03/2033	34.531
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	2.324	-	15/09/2036	11.583
Financiamentos	10/05/2021	8,14%	9.378	-	15/09/2036	46.741
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	10.442	-	15/09/2036	51.476
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	43.536	-	15/09/2036	214.624
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	50.562	-	15/09/2036	249.257
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	4.930	-	15/09/2036	24.148
Financiamentos	16/09/2021	8,14%	4.930	-	15/09/2036	24.148
Custo de captação de financiamentos						(71.362)
Total			184.284	48.965		883.567

	Data do financiamento	Taxa de juros	Valor em USD	Valor em BRL	Vencimento final	31/12/2022
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	21.953	15/06/2032	21.953
Financiamentos	18/12/2020	CDI + 4,78%	-	5.132	15/06/2032	5.132
Financiamentos	18/12/2020	4,35%	2.286	-	15/06/2035	11.927
Financiamentos	18/12/2020	4,35%	2.286	-	15/06/2035	11.927
Financiamentos	18/12/2020	4,35%	7.513	-	15/06/2035	39.201
Financiamentos	18/12/2020	4,35%	7.513	-	15/06/2035	39.201
Financiamentos	24/06/2021	4,35%	20.533	-	15/06/2035	107.135
Financiamentos	24/06/2021	4,35%	20.533	-	15/06/2035	107.135
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	3.575	15/03/2033	3.575
Financiamentos	10/05/2021	CDI + 5,38%	-	36.106	15/03/2033	36.106
Financiamentos	10/05/2021	5,43%	1.537	-	15/09/2036	8.020
Financiamentos	10/05/2021	5,43%	5.839	-	15/09/2036	30.466
Financiamentos	16/09/2021	5,43%	6.556	-	15/09/2036	34.207
Financiamentos	16/09/2021	5,43%	5.061	-	15/09/2036	26.407
Financiamentos	16/09/2021	5,43%	1.049	-	15/09/2036	5.473
Financiamentos	16/09/2021	5,43%	27.044	-	15/09/2036	141.107
Financiamentos	16/09/2021	5,43%	21.391	-	15/09/2036	111.612
Financiamentos	07/04/2022	5,43%	4.594	-	15/09/2036	23.970

Financiamentos	07/04/2022	5,77%	31.449	-	15/09/2036	164.091
Financiamentos	07/04/2022	5,77%	24.801	-	15/09/2036	129.404
Financiamentos	07/04/2022	5,77%	5.043	-	15/09/2036	26.313
Financiamentos	07/04/2022	5,77%	5.043	-	15/09/2036	26.313
Custo de captação de financiamentos	-	-	-	-	-	(80.337)
Total			200.071	66.766		1.030.338

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	Consolidado	
	2023	2022
2024	-	84.932
2025	66.959	84.932
2026	66.959	84.932
2027	66.959	84.932
2028 até 2036	602.628	602.185
	803.505	941.913

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao IDB Invest, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o IDB Invest a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- Manter o índice de serviço da dívida histórico, após a Data de Operação Comercial (COD) em, no mínimo 1,00:1,05.
- Manter estrutura de contas controladas junto ao Citibank S.A. e Citibank NY para cumprir as obrigações pecuniárias do projeto, tais como:
 - Custos operacionais
 - Custos de construção
 - Abastecimento de conta reserva de serviço da dívida
 - Serviço da dívida.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de empréstimos e financiamentos são acompanhadas pela Administração da Companhia e suas controladas.

b. Garantias prestadas

A Companhia celebrou em 2020 contratos de abertura de crédito junto ao Banco Itaú S.A., tendo como fiadores o Banco BTG Pactual, o Banco ABC Brasil e o Banco Bradesco. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do Itaú, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelas controladas acima.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada pela Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e pela Atlas Casablanca Holding Ltda. Para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.;
- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e da Atlas Casablanca Holding Ltda. Para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Companhia.

O IDB Invest também acessa garantias reais do projeto, listadas a seguir:

- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e da Atlas Casablanca Holding Ltda. Para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e pela Atlas Casablanca Holding Ltda. Para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.

17 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas Juazeiro V a VIII e Lar do Sol IV a VI têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas Juazeiro V a VIII realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica contemplando o Complexo Juazeiro no montante de R\$ 36.256. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74% ao ano, conforme estudo realizado.

Em dezembro de 2022, as empresas Lar do Sol IV a VI realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$26.976. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%, conforme estudo realizado.

O valor de desmobilização foi registrado no ativo de imobilizado e está sendo amortizado conforme segue:

Planta	Prazo de amortização	Imobilizado		Saldo em		Saldo em	
		Reconhecimento inicial	Amortização	31/12/2022	Amortização	31/12/2023	
Juazeiro V	12/2035	-	(631)	8.212	(633)	7.579	
Juazeiro VI	12/2035	-	(631)	8.212	(633)	7.579	
Juazeiro VII	12/2035	-	(631)	8.211	(632)	7.579	
Juazeiro VII	12/2035	-	(632)	8.210	(632)	7.578	
Lar do Sol IV	12/2048	8.992	-	8.992	(346)	8.646	
Lar do Sol V	12/2048	8.992	-	8.992	(346)	8.646	
Lar do Sol VI	12/2048	8.992	-	8.992	(346)	8.646	
Total:		26.976	(2.525)	59.821	(3.568)	56.253	

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	66.569	36.826
Reconhecimento da provisão para desmobilização	-	26.976
Atualização monetária	5.323	2.767
Saldo em 31 de dezembro	71.892	66.569

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 989.881 (R\$ 1.011.401 em 31 de dezembro de 2022), representado por 1.340.380.574 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações da Companhia pertencem ao acionista GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia., detentor de 100% das ações.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2023 foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 60.000. Em 30 de junho de 2023 foi realizada a redução do capital social, sendo R\$ 30.000 realizada por meio de transferência bancária e R\$ 30.000, mantida em outras contas a pagar, conforme demonstrado na nota explicativa nº15.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2023 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 38.480. O aumento do capital social ocorreu em 09 de março de 2023, por meio de transferência bancária realizada.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve subscrição de capital de R\$ 451.021 e integralização de capital no montante de R\$ 63.320, que foram registrados da seguinte forma: (i) Em janeiro de 2022 incorreram em aumento de capital social no montante de R\$ 47.600; (ii) Em maio de 2022 houve aumento de capital social em R\$ 32.866; (iii) Em junho houve aumento de capital social no montante de R\$ 32.467; (iv) Em julho houve aumento de capital social no montante de R\$ 82.749; (v) Em agosto de 2022 foi realizado aporte de capital no

montante de R\$ 40.110; (vi) Em outubro houve aumento de capital social no montante de R\$ 224.358 e em novembro aportes no montante de R\$ 54.191.

b. Hedge de fluxo de caixa – Reserva de hedge

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, as variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, decorrentes do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira designados como hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge foram realizadas na controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda. E na controlada direta Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda., que somam em 31 de dezembro de 2023 o saldo acumulado de ganhos no montante de R\$ 48.797 (perdas de R\$ 247 em 2022), conforme nota explicativa nº 24 c iv. As variações cambiais do instrumento de *hedge* designado, serão reconhecidas no patrimônio líquido até o momento em que o objeto de *hedge*, as receitas altamente prováveis, com a venda de energia sejam reconhecidas.

19 Receita operacional líquida

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita contrato de energia (ACL)	360.690	356.240
Receita no mercado curto prazo (MCP)	4.832	5.547
Venda de energia para partes relacionadas (a)	1.805	-
Impostos sobre venda	(39.687)	(44.405)
	328.090	317.382

(a) Receita de energia vendida para empresas do grupo, conforme nota explicativa nº 23.

Em 2023 as controladas da Companhia geraram 991,4 GWh (524,6 GWh em 2022).

20 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização	-	-	(44.258)	(17.820)
Amortização do intangível	-	-	(1.905)	(462)
Operação e manutenção	-	-	(11.174)	(3.205)
Compra de energia para revenda (d)	-	-	(97.446)	(196.890)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (a)	-	-	(33.373)	(23.137)
Atualização monetária para desmobilização	-	-	(5.323)	(2.767)
Serviços técnicos	-	-	-	(280)
Custos compartilhados (b)	-	-	(13.790)	(1.009)
Compromissos ambientais e sociais	-	-	(2.642)	(1.510)
Custo de locação de terras (c)	-	-	(1.008)	(2.179)
Seguros	-	-	(7.468)	(4.576)
Outras	-	-	10	(163)
Total	-	-	(218.377)	(253.998)

Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	144	-
Contabilidade e auditoria	(140)	(122)	(809)	(1.104)
Assessoria e advogados	(117)	(3)	(5.014)	(3.108)
Despesas compartilhadas (b)	(312)	(294)	-	(294)
Impostos e taxas	(16)	(91)	(453)	(829)
Serviços técnicos	-	(32)	-	(146)
Despesas com viagens	-	-	(160)	(186)
Internet e comunicação	-	-	(165)	-
Propaganda e publicidade	-	(3)	-	(3)
Outras despesas	-	11	969	(77)
Total	(585)	(534)	(5.488)	(5.747)

- a) Refere-se a custos junto as transmissoras provenientes do uso da rede de transmissão.
- b) Ao longo de 2023 e 2022 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 23.
- c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- d) A diminuição de R\$ 99.44 em comparação dos anos de 2023 e 2022 se deve principalmente pela entrada em operação das controladas indiretas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A, ocasionando diminuição da necessidade de compra de energia no mercado para cumprimento dos contratos de venda.

21 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	333	1.456	10.854	9.922
Variação cambial ativa (a)	-	-	35	36.648
	333	1.456	10.889	46.570
Despesa financeira				
Despesa de juros com financiamentos (b)	-	(22.593)	(71.341)	(87.120)
Apropriação dos custos de captação de financiamentos	-	-	(5.698)	(6.017)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.136)	-
Variação cambial passiva (a)	-	-	(4.127)	(24.081)
Carta de crédito e despesas bancárias	(25)	(65)	(4.835)	(4.538)
Outras despesas financeiras	-	-	(46)	-
	(25)	(22.658)	(87.183)	(121.756)
Resultado financeiro, líquido	308	(21.202)	(76.294)	(75.186)

- (a) A Companhia possui saldos em moeda estrangeira de financiamentos. Devido às oscilações cambiais, as variações cambiais positivas são demonstradas como receita financeira e as negativas como despesas financeiras. Logo, o valor líquido destas variações foi negativo em R\$ 4.418 (positivo em R\$ 16.730 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) Conforme nota explicativa 16.

22 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$1.360 (R\$ 731 em 31 de dezembro de 2022).

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Controladora

Lucro real	2023	2022
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	21.513	(20.558)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	21	-
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(21.790)	(1.178)
Receitas não tributadas	(89)	
Base de cálculo (Prejuízo fiscal)	(345)	(21.736)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício – investidas

As investidas direta da Companhia Atlas CasaBlanca Holding Ltda, Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e a investida indireta Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda são Empresas sob o regime de apuração lucro real. Os resultados antes dos impostos combinados, estão conforme abaixo:

<u>Atlas CasaBlanca Holding Ltda</u>	Controladora	
	2023	2022
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	17.625	(35.115)
Adições:		
Resultado de equivalência patrimonial	(16.470)	36.889
Outras adições/exclusões	(56)	1
Base de cálculo	1.099	1.775
Imposto de renda e contribuição social	(350)	(580)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	2%	2%

<u>Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda</u>	Consolidado	
	2023	2022
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	17.270	(36.889)
Adições (exclusões):		
Variação cambial	7.494	9.289
Amortização do mais valia	1.905	462
Outros provisões não dedutíveis temporariamente	147	(28)
Resultado de equivalência patrimonial	(23.353)	8.094
Resultado fiscal ajustado – após ajustes das adições e exclusões	3.463	(19.972)
Compensação de prejuízos fiscais	(1.039)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	2.424	(19.972)
Imposto de renda e contribuição social 34%	(800)	-
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	4,6%	-

ii. Lucro presumido

As investidas indiretas da Companhia, conforme nota explicativa nº 2, apuraram em 2023 e 2022 imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido.

Apuração pelo lucro presumido	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta (a)	149.252	80.040
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	11.940	6.403
Presunção da contribuição social – 12% (c)	17.910	9.605
Demais receitas – (d)	1.233	432
Base de cálculo do IRPJ (a) + (c)	13.173	6.835
Imposto de renda a alíquota de 15%	(1.976)	(1.026)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(1.243)	(564)
Total IRPJ	(3.243)	(1.590)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	19.143	10.037
Contribuição social a alíquota de 9%	(1.723)	(902)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(4.966)	(2.492)
Alíquota efetiva (*)	3%	3%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

A tributação aplicada no consolidado refere-se ao regime optado pelas investidas, de lucro presumido, portanto, tendo sua despesa de imposto de renda e contribuição social calculados sobre suas receitas operacionais e financeiras.

O valor total de despesas de imposto de renda e contribuição combinadas da Companhia e das investidas diretas e indiretas é de R\$ 6.116 (R\$3.072 em 31 de dezembro de 2022).

c. Valores reconhecidos no patrimônio líquido – Impostos diferido decorrente de reserva de *hedge*

	Consolidado	
	2023	2022
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros - Casablanca Comercializadora	50.721	694
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros - Juazeiro Comercializadora	23.581	(1.068)
	74.303	(374)
Base de cálculo	34%	34%
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferida	(25.262)	127

d. Valores não reconhecidos no resultado do exercício – Impostos diferido decorrente de prejuízo fiscal acumulado

	Controladora	
	2023	2022
Saldo inicial	(33.409)	(11.674)
Prejuízo fiscal do exercício	(345)	(21.735)
Saldo final	(33.754)	(33.409)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferidos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(11.476)	(11.359)

A Companhia em 31 de dezembro de 2023 possui um saldo de R\$ 33.754 relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$ 33.409 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não tem expectativa de geração de lucro tributável, consequentemente não reconhece ativo fiscal diferido.

23 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é o GIP Helios II S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

Controladora

	Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
<u>Operações intercompany – Nacional</u>				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	232	-	(237)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	(75)	(294)
Total	232	-	(312)	(294)

Contas a receber

	2023	2022
<u>Dividendos</u>		
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda	1.076	-
Total	1.076	-

Consolidado

	Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022
<u>Operações intercompany – Nacional</u>				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	1.805	-
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	3.856	-	(13.401)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	16	(389)	(1.303)
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	2	-	-
Operação Intercompany	3.856	18	(11.985)	(1.303)

	<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<i><u>Operações intercompany – Internacional</u></i>				
Atlas Renewable Energy Chile SpA	84	88	-	-
Total	84	88	-	-
Operação Intercompany (i+ii)	3.940	106	(12.495)	(1.303)

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos ativos e passivos financeiros classificados como VJR (valor justo por meio do resultado) e custo amortizado, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	<u>2023 - Valor contábil (controladora)</u>		<u>2023 - Valor contábil (consolidado)</u>	
		<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.660	3	63.525	1.807
Contas a receber	9	-	-	-	33.214
Outras contas a receber		-	-	-	60
Total		28.660	3	63.525	35.081
Passivos					
Fornecedores	15	-	239	-	29.308
Financiamentos	16	-	-	-	883.567
Arrendamentos	12	-	-	-	9.681
Outras contas a pagar	15	-	30.047	-	32.819
Total		-	30.286	-	955.375
	Nota	<u>2022 - Valor contábil (controladora)</u>		<u>2022 - Valor contábil (consolidado)</u>	
		<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Custo amortizado</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.429	1	129.245	14.526
Contas a receber	9	-	-	-	41.814
Outras contas a receber		-	-	-	417
Total		2.429	1	129.245	56.757

Passivos					
Fornecedores	15	-	-	-	79.887
Financiamentos	16	-	-	-	1.030.338
Passivo de arrendamentos	12	-	-	-	8.457
Outras contas a pagar	15	-	27	-	1.795
Total		-	27	-	1.120.477

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

		2023				
	Nota	Nível	Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 2	28.663	28.663	65.332	65.332
Contas a receber	9	Nível 2	-	-	33.214	33.214
Outras contas a receber		Nível 2	-	-	60	60
Total			28.663	28.663	98.606	98.606

Passivos						
Fornecedores	15	Nível 2	30.239	30.239	59.308	59.308
Financiamentos	16	Nível 2	-	-	883.567	883.567
Arrendamentos	12	Nível 2	-	-	9.681	9.681
Outras contas a pagar	15	Nível 2	47	47	2.819	2.819
Total			30.286	30.286	955.375	955.375

		2022				
	Nota	Nível	Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 2	2.430	2.430	143.771	143.771
Contas a receber	9	Nível 2	-	-	41.814	41.814
Outras contas a receber		Nível 2	-	-	417	417
Total			2.430	2.430	186.002	186.002

Passivos						
Fornecedores	15	Nível 2	-	-	79.887	79.887
Financiamentos	16	Nível 2	-	-	1.030.338	1.030.338
Arrendamentos	12	Nível 2	-	-	8.457	8.457
Outras contas a pagar	15	Nível 2	27	27	1.795	1.795
Total			27	27	1.120.477	1.120.477

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável

c) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e equivalentes de caixa	28.663	2.430	65.332	143.771
Contas a receber	-	-	33.214	41.814
Outras contas a receber	-	-	60	417
Total	28.663	2.430	98.606	186.002

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 63.525 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 129.245 em 31 de dezembro de 2022).

Garantias

A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a suas controladas.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Controladora				
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 Anos	6 - 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	239	239	239	-	-
Outras contas a pagar	30.047	30.047	30.047	-	-
	30.286	30.286	30.286	-	-

	Controladora				
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 Anos	6 - 10 anos
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar	27	27	27	-	-
	27	27	27	-	-

	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	883.567	1.370.011	158.857	388.226	713.549	109.379
Fornecedores	29.308	59.308	59.308	-	-	-
Passivo de arrendamentos	9.681	62.130	2.355	7.029	15.036	37.710
Outras contas a pagar	32.819	2.819	2.819	-	-	-
	955.375	1.494.268	223.339	395.255	728.585	147.089

	Consolidado					
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos	1.030.338	1.566.797	131.664	367.518	572.091	495.524
Fornecedores	79.887	79.887	79.887	-	-	-
Arrendamentos	8.457	18.358	1.197	3.592	4.788	8.781
Outras contas a pagar	1.795	1.795	1.795	-	-	-
	1.120.477	1.666.837	214.543	371.110	576.879	504.309

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as receitas futuras altamente prováveis do Grupo.

Os valores de referência, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2023, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US\$ 1,00 / R\$ 4,84, são apresentados a seguir:

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de Proteção	Em USD	Em BRL
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos – Financiamento em (USD)	Variações cambiais de parte das Receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot BRL x USD	Set/2022 à Nov/2036	125.306	606.644
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos – Financiamento em (USD)	Variações cambiais de parte das Receitas operacionais mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot BRL x USD	Set/2022 à Jul/2035	58.182	281.679

Movimentação do valor de referência (principal)

	Em USD	Em BRL
Designações em 1º de janeiro de 2023	-	-
Designação durante o exercício	183.488	942.268
Varição cambial	-	(73.945)
Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2023	183.488	868.323

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício.

As receitas futuras altamente prováveis, oriundas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD), designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 37% das receitas futuras altamente prováveis, dos mesmos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*), atrelados ao dólar americano (USD).

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2023, a ser realizada pelas futuras receitas realizadas dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*).

	Variação cambial	Efeito tributário (34%)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-	-
Hedge Comercializadora Casablanca	694	(236)	458
Hedge Comercializadora Juazeiro	(1.068)	337	(705)
Total em 31 de dezembro de 2022	(374)	127	(247)
Hedge Comercializadora Casablanca	50.721	(17.245)	33.475
Hedge Comercializadora Juazeiro	23.581	(8.018)	15.564
Total em 31 de dezembro de 2023	73.928	(25.136)	48.792

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real, (BRL) sua moeda funcional e o dólar americano (USD). A exposição decorre do contrato de financiamento atrelado ao dólar americano e dos contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro da Companhia que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas	Taxa em 31/12/2023	Cenário Provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de cambio USD (a)	4,84	5,00	5,00	6,25	7,50

(a) Dólares americanos – USD

		31/12/2023	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de itens off-balance (*)	Moeda / Risco	Exposição			
Contratos de (PPA)	USD	183.488	29.358	36.698	44.037
Risco de aumento (passivo)	Moeda / Risco				
Financiamentos (**)	USD	(183.488)	(29.358)	(36.698)	(44.037)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa Contratos (PPA)	Moeda / Risco				
	USD	183.488	29.358	36.698	44.037

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui financiamentos em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros	Variação 31/12/2023	Cenário Provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices Libor (a)	5,58%	5,58%	5,58%	6,98%	8,37%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	4,42%	11,50%	7,08%	8,85%	10,62%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	CDI	(450.567)	(51.815)	(64.769)	(77.723)	(38.861)	(25.908)
Financiamentos	LIBOR	(345.849)	(19.298)	(24.123)	(28.948)	(14.474)	(9.649)
Total		(796.416)	(71.114)	(88.892)	(106.670)	(53.335)	(35.557)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	63.525	7.305	9.132	10.958	5.479	3.653

(a) *London Inter-bank Offered Rate – Fonte: Global Rates*

(b) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo*

25 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa do Grupo, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

A Companhia Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V possui ação com classificação de perda provável, referente a multa administrativa da ANEEL por atraso na data de operação comercial do projeto Casablanca, que totalizam prováveis perdas no montante de R\$ 369 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

As controladas da Companhia, pertencentes ao projeto Juazeiro, possuem ação com classificação de perda possível, referente ao processo de arbitragem movido pela Snef, que totalizam perdas possíveis no montante de R\$ 35.733 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

26 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	
		2023	2022
Hedge de fluxo de caixa - investimentos	11	49.044	-
Hedge de fluxo de caixa – patrimônio líquido	18	(49.044)	-
Outras contas a pagar	15	30.000	-
Redução de capital social	18.a	(30.000)	-
	Nota	Consolidado	
		2023	2022
Outras contas a pagar	15	30.000	-
Redução de capital social	18.a	(30.000)	-
Variação cambial	16	-	(366)
Tributos diferidos	22	25.254	118
Variação cambial	16	-	(694)
Efeito do hedge sobre variação cambial	24	(74.298)	694

Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	49.044	248
Fornecedores	15	(27.014)	66.387
Aquisição ao imobilizado	13	27.014	(93.963)
Arrendamentos	12	-	8.457
Direito de uso	12	-	(8.457)
Provisão para desmobilização	16	-	26.976

27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028 a 2038</u>	<u>Total</u>
TUST/TUSD (a)	(33.868)	(35.056)	(36.162)	(37.319)	(501.596)	(644.001)
Seguros e garantias (b)	(2.105)	(2.198)	(2.032)	(2.099)	(25.276)	(33.710)
Contratos de (O&M) (c)	(7.058)	(7.873)	(8.100)	(8.365)	(101.002)	(132.398)
Arrendamento (d)	(4.618)	(4.530)	(4.628)	(4.836)	(62.553)	(81.165)
Outros (e)	(7.330)	(6.106)	(7.428)	(9.326)	(110.571)	(140.761)
Total	<u>(54.979)</u>	<u>(55.763)</u>	<u>(58.350)</u>	<u>(61.945)</u>	<u>(800.998)</u>	<u>(1.032.035)</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, o Grupo irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de operação e manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

28 Eventos subsequentes

Em 31.12.2023, a controladas indiretas da Companhia, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A., possuíam processos administrativos com classificação de perda provável, referente a multa administrativa da ANEEL por atraso na data de operação comercial) do projeto Casablanca, que totalizam prováveis no montante de R\$ 369 mil. Em reunião de Diretoria da ANEEL, realizada em 05/03/2024, foi indeferido o pedido de reconsideração apresentado pela companhia, com a manutenção da penalidade de multa aplicada.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *